



TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO: RESISTÊNCIA INTELECTUAL NOS ANOS DE CHUMBO¹

Giovana Inácio dos Santos
Josiel Eilers Goulart
Marcos Emílio Ekman Faber²

Resumo

Este artigo procura analisar o surgimento e o desenvolvimento da Teologia da Libertação no Brasil, assim como a forma com que esta se infiltrou na sociedade brasileira, ou seja, através das Comunidades Eclesiásticas de Base. Nossa análise parte da leitura comparada da bibliografia histórica e teológica disponível sobre a temática e sobre os principais teóricos da libertação. Nossa hipótese é a de que durante o período de ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), a Teologia da Libertação passou a ser a representante máxima da mobilização popular contra o regime, participando da formação do pensamento de esquerda nacional que surgiria após o regime.

Palavras-chave: Teologia da Libertação. Igreja Católica no Brasil. Ditadura Civil-Militar no Brasil.

Introdução

Perry Anderson em seu livro *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo* (2004, pp. 123-137) afirmou que a Igreja Cristã foi a única instituição romana que se manteve preservada após a ruína do Império Romano do Ocidente, sendo a Igreja fundamental no processo de síntese iniciado com o contato da cultura bárbara e cultura romana preservada pela Igreja. Nossa análise aqui apresentada na forma deste artigo parte de uma interpretação semelhante, pois temos por hipótese principal que após o Golpe de Estado de 1º de abril de 1964 – e a conseqüente e progressiva perseguição aos opositores do novo sistema – a esquerda brasileira foi calada, ao menos de expressar-se nos meios acadêmicos e, principalmente, na mídia. Porém, parte da Igreja do período passou a carregar o bastião da oposição ao novo sistema, pois alguns líderes e intelectuais vinculados a Igreja tiveram a oportunidade e o espaço de se colocarem como opositores do regime ditatorial sem que sofressem com a censura da época. Foi dentro deste contexto que penetrou no Brasil a Teologia da Libertação.

¹ Este artigo foi elaborado para a disciplina de Política I, do prof. Dr. André Luis Reis da Silva, no curso de pós-graduação e especialização em História do Brasil Contemporâneo da Faculdade Porto-Alegrense - FAPA.

² Giovana Inácio dos Santos (giovanasantos@uol.com.br), Josiel Eilers Goulart (josiel@via-rs.com) e Marcos Emílio Ekman Faber (marfaber@hotmail.com), são pós-graduandos em História do Brasil Contemporâneo pela Faculdade Porto-Alegrense – FAPA. Porto Alegre, 30.05.2009.

Dentro desta perspectiva é importante conhecermos o contexto de desenvolvimento do catolicismo em nosso país. Pois, a Igreja Católica Apostólica Romana chegou ao Brasil ainda durante o período colonial. Esta Igreja que veio para o Brasil era uma igreja muito mais próxima de representar os interesses do rei português do que os interesses do papa, pois, no século XVI vigorava o regime de patronato onde o rei de Portugal era o representante papal em suas terras, ou seja, vigorava mais os ideais do Estado português em suas colônias do que os interesses do Vaticano (HOORNAERT, 1982). Todo o período colonial brasileiro foi caracterizado dentro desta perspectiva e o período imperial esteve sob esta influência. Somente com a República, o país tornou-se um país realmente laico, porém a influência do catolicismo sempre sendo sentida. Somente houve transformações na Igreja Católica do Brasil após o Concílio Vaticano II (1962-1965) exatamente no período em que iniciou o regime civil-militar no país. É exatamente dentro deste contexto que escrevemos este artigo.

Resistência Intelectual nos Anos de Chumbo

O Golpe de 1º de abril iniciou com cassação de cem pessoas, faziam parte dos cassados ex-presidentes, políticos, sindicalistas e intelectuais brasileiros. Porém, passado o surto inicial de repressão, houve um período de razoável liberdade. Os dois primeiros presidentes militares deram relativa liberdade à imprensa, à cultura e ao meio acadêmico (ALMEIDA, 1998, p. 328). Um exemplo disso está no fato de Caio Prado Jr. ter lançado seu livro “A Revolução Brasileira”, em 1966, sem que fosse confrontado pela censura.

Esta relativa liberdade durou pouco, pois, em 1968, o governo militar lançou o Ato Institucional número 5, o AI-5, fechando o Congresso Nacional e iniciando uma segunda onda de cassações de mandatos e suspensão de direitos políticos, estabelecendo a censura à imprensa e às produções culturais (ALMEIDA, 1998, p. 332). A partir desse fato, a imprensa e toda a literatura escrita tiveram, obrigatoriamente, de passar pela aprovação dos censores.

Já a Igreja Católica Apostólica Romana inicialmente saudou o golpe – a cúpula católica brasileira via em João Goulart um líder imaturo que permitiria o avanço comunista no país. Mas a repressão que se seguiu, inclusive contra militares católicos, forneceu os primeiros sinais de que a aliança entre Igreja e Estado estava se deteriorando (SERBIN, 2007, p. 17).

Os autores Maria Hermínia Tavares de Almeida e Luiz Weiss no artigo “Carro-Zero e Pau-de-Arara...” (1998) afirmam que a repressão tornou-se tão forte que os advogados dos presos políticos sofriam pressão para que se calassem. Também relatam que a censura

tornou-se tão irracional que deixou de ser uma censura política para impor-se como uma censura de costumes, ou seja:

Se vetava tudo aquilo que aos olhos dos militares e de seus aliados civis pareciam atentar contra os valores da 'civilização cristã ocidental', ameaçada de maneira simultânea e sincronizada pelo movimento comunista internacional e pela chamada revolução nos costumes. (ALMEIDA, 1998, p. 342)

A Igreja Católica oficial mantinha-se em apoio ao regime civil-militar e suas ações, principalmente com relação à censura de costumes e no combate ao comunismo. O cardeal-arcebispo de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer, deu sua benção à censura prévia de publicações principalmente aquilo que consideravam “abusos de prazeres sexuais” (ALMEIDA, 1998, p. 342). Porém, o grande problema deste apoio católico à censura é que ele ajudava a legitimar tais práticas pelos ditadores.

A perseguição e as cassações acabaram por limitar o poder de ação e de expressão da mídia brasileira. Hoje é sabido que a grande mídia e alguns os setores da mídia impressa da época se beneficiam com o regime ditatorial, porém é nítida a limitação a que estavam sujeitos. Os jornalistas que se mantinham na oposição eram calados por seus próprios patrões que ou estavam temerosos pela repressão ou, simplesmente, havia aderido às políticas do novo regime.

Este fato acabou por alienar grandes setores da intelectualidade brasileira. Os jornalistas por estarem sujeitos às empresas que lhes empregava e aos censores representantes do governo. Já a intelectualidade que comumente se manifestava através da produção literária, pelo teatro ou pelo cinema, estava amordaçada pelo governo.

Porém, enquanto a alta cúpula da Igreja Católica no Brasil apoiava o governo civil-militar, a Teologia da Libertação tinha seu surgimento a partir da realização do Concílio Vaticano II (1962-1965) se firmando após a Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (1968), realizado na Colômbia, neste concílio a Teologia da Libertação foi caracterizada como a ideologia cristã apropriada para a realidade latino-americana da época fazendo que parte dos sacerdotes e bispos se aproximasse dos trabalhadores urbanos e rurais em um programa de assistência e de conscientização, assim, foram criadas as bases que possibilitaram aos teólogos da época a afastarem-se de uma teologia eurocêntrica e passassem a realizar uma teologia a partir da realidade em que estavam inseridos. Em 1971, Gustavo Gutiérrez publica o livro “A Teologia da Libertação”, ao mesmo tempo batizava a nova teologia e criava as bases práticas desta (BOFF, 2001).

Neste mesmo ano, a Teologia da Libertação chegou ao Brasil com o frei Leonardo Boff que publicou o livro *Jesus Cristo Libertador* (1971). Na introdução da 19ª edição, Boff explica os motivos que o levaram a escolher o nome da obra,

Os anos de 1960-1970 se caracterizaram pela mobilização popular e pela emergência de uma poderosa vontade de mudança social. Não bastavam as reformas. Queria-se uma libertação das opressões históricas que as grandes maiorias secularmente sofreram. Muitos cristãos, inspirados pelo evangelho, comprometeram-se em meios pobres num processo de conscientização e de prática que criava os primeiros acenos de uma sociedade alternativa possível. Sobre todos os que se empenhavam por sacudir as antigas amarras, abateu-se feroz repressão por parte do Estado de Segurança Nacional e de seus aliados. A palavra libertação fora oficialmente banida dos meios de comunicação social por efeito de um decreto do ministério da Justiça. Num contexto de vigilância policial, de seqüestros, torturas e assassinatos políticos foi escrito Jesus Cristo Libertador. (BOFF, 2008, p. 13).

Porém, é importante ressaltar que a Teologia da Libertação não surgiu como simples teoria, mas como uma teoria orientada para a prática. Teologicamente a Teologia da Libertação fez uma análise histórica e social da realidade em que a comunidade está inserida, porém, sem abandonar seu caráter cristocêntrico, ou seja, apesar da análise ser feita a partir da realidade dos pobres, seu caráter é cristão e centrado na figura e nos ensinamentos de Jesus Cristo.

Alguns religiosos inicialmente conservadores sofreram um processo de transformação e aderiram à Teologia da Libertação, como D. Cardeal Paulo Evaristo Arns, em São Paulo, que foi o principal defensor dos Direitos Humanos no Brasil durante a ditadura militar e reconhecido internacionalmente por sua ação (JURKEVICS, 2005, p. 3).

Como se percebe na passagem acima, bispos católicos foram de fundamental importância no processo de engajamento de setores da Igreja nos movimentos de resistência social. Mas a grande maioria dos adeptos da Teologia da Libertação se dá no âmbito dos leigos, dos militantes das mais variadas pastorais. A Teologia da Libertação ao longo do processo se apropria de instrumentos da sociologia e da história para encontrar os motivos da pobreza no Brasil e na América Latina. Uma das conclusões encontradas foi a de que o grande culpado pela exploração foi, inicialmente a empresa colonial e, depois, pelo capitalismo que exporta a pobreza dos países centrais para a periferia. Com isso, a Teologia da Libertação começa a se aproximar das teorias marxistas. Na leitura marxista surgida nos anos 1960, a luta de classes, o motor da história, não se restringia à esfera estrutural, em categorias estáticas de proletariado e burguesia, como entendia o marxismo ortodoxo. A luta de classes, para esse novo grupo, permeava todas as relações humanas socialmente construídas: as relações de gênero, as relações étnicas e a religião com suas instituições.

Essa afirmação, de que as relações de classe permeiam as relações religiosas, de que a lógica da concentração dos meios de produção privilegiando sua classe dominante se aplica também à religião, com sua máquina de produção eclesial privilegiando sua classe hegemônica (BOFF, 1982, p. 70).

Portanto, estas afirmações desencadearam um longo processo de reflexão sobre toda a produção eclesial da história da Igreja. No seio da eclesial romano passou-se a

compreender o caráter de classe e, por conseguinte, questionar essas premissas organizacionais e dogmas da Igreja oficial. O papel do marxismo utilizado na Teologia da Libertação pode ser exemplificado no trecho abaixo:

O uso do marxismo na Teologia da Libertação possui fundamentação histórica e epistemológica. A primeira refere-se à ligação existente entre marxistas e cristãos na América Latina no bojo das lutas populares no confronto com os regimes totalitários que cometeram violência e opressão. A segunda diz respeito a necessidade de toda teologia de utilizar um determinada mediação filosófica ou científica. A Teologia da Libertação não se apropriou do marxismo materialista dialético que absolutiza a matéria e nega a misericórdia de Deus. A influência de Marx no complexo teológico libertador é a de um Marx humanista, não dogmático, enquanto crítico social que ajuda a analisar com profundidade a sociedade para poder transformá-la e, no caso da interpretação cristã, de acordo com valores da fé (GONÇALVES, 2000, p. 153-154).

Portanto, Marx tem presença garantida na Teologia da Libertação, não enquanto projeto político de um socialismo científico ou de uma filosofia da história que caminha ao comunismo, mas como método da dialética na interpretação histórica, ou seja, a utilização do instrumental marxista para compreender as causas da pobreza, as contradições do capitalismo e as formas da luta de classes. Segundo Marx, a religião serve de aparelho ideológico de legitimação dos poderes dominantes. A religião cristã insere-se nesse ponto de vista. Mas sem resposta a esta situação, quando o povo enxerga contradições entre a sua fé e as propostas políticas apresentadas ou vigentes, ocorrem movimentos de retração e de suspeitas. Assim sendo, a dimensão libertadora da religião vem à tona, o que o povo de certo tipo de visão, que oculta as práticas contraditórias na sociedade. Finalmente, com o reconhecimento, pelo povo, da realidade social em que estão inseridos, ocorre uma movimentação no sentido de libertarem-se de suas carências e reivindicarem seus interesses. Leonardo Boff ressalta que a libertação integral tinha que passar pelas libertações histórico-sociais, sem as quais não escaparia da alienação e do espiritualismo irracional e idólatra (BOFF, 1996).

No Brasil, a forma encontrada para propagar estas idéias foram as Comunidades Eclesiásticas de Base (CEBs) que tinham como objetivo buscar transformar a realidade de determinadas pessoas e suas respectivas comunidades. Os meios de realização deste propósito eram as organizações de mães, os grupos de estudos bíblicos e outras organizações de cunho pastoral, todas essas iniciativas buscavam resolver problemas em conjunto, tendo seu caráter social transformador que ia de encontro ao regime político instalado no país (CALDART, 2000).

A década de 1960 foi, para a Teologia da Libertação e as CEBs, a época da gênese de suas esperanças de transformação da realidade. O enfrentamento dos movimentos populares com as forças de repressão do regime foi desigual. O martírio, visto como sinal da

“fé verdadeira” foi refletido nas bases como um retorno ao cristianismo antigo. Foi nas comunidades de base que o desenvolvimento pleno da Teologia da Libertação tornou-se possível. Sem elas, a experiência, ou seja, a prática, de uma “igreja dos pobres” não seria possível. Mesmo com as divergências, por parte de historiadores e estudiosos, sobre a existência de uma igreja realmente comprometida com as bases, as experiências de CEBs em todo o país modificaram a paisagem do catolicismo. Uma parcela da Igreja se identificava com os pobres e incentivava uma vivência, entre eles. Essas experiências marcaram uma geração de teólogos, leigos, religiosos e bispos. Para isso, as CEBs proporcionaram o ambiente adequado para a experimentação dessa outra vivência da fé. Essa compreensão do Evangelho e da fé cristã foi repassada às bases, discutida e aprofundada pelos seus partidários e, criticada e atacada pelos seus opositores.

A década de 1970 consolidou a existência da nova maneira de se produzir teologia na América Latina. Também consolidou as ditaduras, aumentando a violência institucionalizada. A dependência econômica do Brasil tornou-se mais forte, com o aumento dos empréstimos feitos pelos governos militares no exterior, criando um falso “milagre brasileiro”. O custo de vida era insustentável nas grandes cidades. Neste período aumentaram as publicações a respeito da Teologia da Libertação e as CEBs fortaleceram-se. A exegese bíblica começou a ser feita de maneira a valorizar as lutas populares. O método utilizado nas reuniões das CEBs para o conhecimento da realidade e planejamento de suas ações envolvia três momentos: *ver* – a realidade, levantar dados sobre a situação do bairro, ou sociedade como um todo; *julgar* – a partir dos dados levantados, fazer uma crítica com ajuda da Bíblia, e das ciências sociais; e, por último, *agir* – planejar e executar ações coletivas que poderiam alterar a realidade (LIBANIO, 2007, p. 48-49).

As Comunidades Eclesiásticas da região rural passaram a desenvolver um importante papel de aglutinação e conscientização popular, o caso mais significativo teve início com os movimentos da CEBs no interior do país e sua aproximação junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Um primeiro fator ou elemento foi o trabalho pastoral que vinha sendo realizado junto à população do campo através das Comunidades Eclesiásticas de Base (CEBs) [...] Este trabalho foi ainda mais fortalecido com o surgimento da Comissão Pastoral Trabalhadora (CPT), em 1975, que, trabalhando em conjunto com as paróquias nas periferias das cidades e com as comunidades rurais, passou a contribuir na organização e na luta dos trabalhadores. (CALDART, 2000, p. 70)

Os ideais básicos analisados, de primeiro momento no artigo mostra essa possível relação da terra com o movimento. O mais interessante é que como analisa Caldart (2000) essa relação tem força no movimento da CEBs acompanhada das dificuldades que a região centro-sul do país estava enfrentando, povos de arrendatários buscando melhorias de vida

no trato da terra, buscavam num primeiro momento, motivados pela Teologia da Libertação reivindicações possíveis e que tinham construção dentro de um movimento de comunidade e vínculo cristão.

Estes movimentos refletiram não só os efeitos do crescimento caótico das cidades, o sufocamento da participação e do debate políticos e a piora das condições e de trabalho da população [...] O mundo do bairro havia deixado de ser apenas o lugar onde as pessoas moravam, para ser o lugar onde elas também viviam, se encontravam, conversavam, desenvolviam relações de união e solidariedade, e onde acumulavam experiências de vivência comunitária e de resistência coletiva (HABERT, 1992, p.55).

Na análise feita no campo de atuação das CEBs no meio rural, sofre uma forte influência da mesma tendo como parâmetro o surgimento das Pastorais da Terra (CPT) e posteriormente o MST que trabalhado dentro desse contexto regional passa para uma nacionalização sendo visto como um dos maiores movimentos sociais organizados do mundo (CALDART, 2000).

Além disso, o próprio Partido dos Trabalhadores (PT) não se explica sem significativa presença da Teologia da Libertação (LIBANIO, 2007, p. 49).

A Teologia da Libertação desbloqueou os cristãos para o compromisso social radical em nome da fé mostrando que o maior problema da fé na América Latina não estava em questões dogmáticas, mas em como enfrentar à sua luz a situação de opressão, de exploração das grandes massas populares. Os cristãos podiam, portanto, engajar-se no processo de libertação, motivados e iluminados pela fé. Não precisavam temer nenhuma contradição fundamental entre ela e a luta libertadora dos pobres (LIBANIO, 2007, p. 49).

Foi, portanto, através do engajamento social e político que a Teologia da Libertação e seus teóricos-teólogos encontraram um meio de resistência ao sistema político imposto pela ditadura civil-militar no país.

Conclusão

A Teologia da Libertação foi fundamental no processo de conscientização das populações marginalizadas, os teólogos da libertação, ao apoiarem as populações carentes, possibilitaram que estas se organizassem através de formas "alternativas" de protestos e reivindicações, lutando por melhores condições de vida, alterando sutilmente, as mais duras formas de censura e repressão impostas pela ditadura. Neste sentido, o apoio das Comunidades Eclesiásticas de Base (CEBs) foi capital sobre três planos: simbólico, político e material. No plano simbólico ela legitimou e deu razão aos movimentos anti-ditatoriais; sobre o plano político ela protegeu e abrigou os perseguidos da ditadura e; sobre o plano material ela forneceu as condições técnicas e ideológicas, tais como pessoal tecnicamente e intelectualmente preparadas para trabalhar junto às comunidades.

Atualmente os teólogos da libertação, apesar de honrosas exceções, sucumbiram. Boa parte deles deixou a luta ao lado dos pobres para dedicar-se a consolidação de organizações por eles criadas. Além do mais, há que se reconhecer que a atual reversão das prioridades pela qual passa a Igreja Católica Apostólica Romana se viabilizou porque sua hierarquia neutralizou os efeitos da reflexão que tinha a pobreza como principal desafio religioso, econômico e político. Como consequência desta reversão de prioridades, os articuladores do atual discurso teológico católico oficial conseguiram se alinhar às expectativas espiritualizantes de um segmento católico mais conservador que não está preocupado com o exercício da solidariedade. A famosa pregação libertadora de transformação econômica e política da sociedade, que era entendida como exigência religiosa para a comunhão com Deus, deixou de ter prioridade fazendo com que a ação política dos cristãos não tenha como meta a emancipação dos pobres, mas sim a consolidação da Igreja. Por esta razão, se pode dizer que apesar de ter sido muito importante para as gerações dos anos 1960 e 1970, hoje a Teologia de Libertação está sufocada. Se não houver por parte dos vários seguimentos mais progressistas da cristandade, sejam eles católicos ou protestantes, por uma radical e atualizada volta à opção pelos pobres, a Teologia da Libertação entrará para história como um movimento marginal que adormece esperando que as cinzas que escondem suas brasas sejam assopradas.

Por fim, a pesquisa realizada para este artigo nos possibilitou entrar em contato com um assunto que nos era de particular interesse, porém, que pouco conhecíamos. Nossa pesquisa se deu principalmente pela leitura e comparação da bibliografia histórica e teológica a respeito da temática. Durante a leitura da bibliografia sobre o tema, percebemos que durante o período imediatamente posterior ao AI-5 (1968) a oposição ao regime civil-militar foi calada no Brasil, seja pela perseguição, tortura e cassação ou pelo exílio e auto-exílio que os opositores se viram obrigados a se submeter. Estes fatores colaboram com nossa hipótese inicial de que a resistência, a oposição e o movimento de conscientização anti-ditatorial foram mantidos pelos adeptos da Teologia da Libertação ou por aqueles que por ela foram influenciados, mesmo após o fim da ditadura.

Referências

- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. Carro Zero e Pau-de-Arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SOUZA, Laura de Mello e; SEVCENKO, Nicolau; NOVAIS, Fernando A. História da vida privada no Brasil. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- ANDERSON, Perry. Passagens da Antiguidade ao Feudalismo. 5ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BETTO, Frei. Organização Social e Política Brasileira: introdução à política brasileira. 15ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.

- BETTO, Frei. O que é Comunidade Eclesiástica de Base. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BOFF, Leonardo. Jesus Cristo Libertador. 19ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BOFF, Leonardo. Igreja Carisma e Poder. Petrópolis: Vozes, 1982.
- BOFF, Leonardo; REGIDOR, J.R.; BOFF, Clodivis. A Teologia da Libertação: balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora Ática, 1996.
- BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. Como Fazer Teologia da Libertação. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- BORDIN, Luigi. O Marxismo e a Teologia da Libertação. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.
- CALDART, Roseli Salete. Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FICO, Carlos. Espionagem. Polícia Política, Censura e Propaganda: ops pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Brasil Republicano. Volume IV. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- GONÇALVES, Pe. Dr. Paulo Sérgio Lopes. Epistemologia e Método do Projeto Sistemático da teologia da Libertação. Petrópolis: Vozes, 2000.
- HABERT, Nadine. A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira. São Paulo: Ática, 1992.
- HOORNAERT, Eduardo. A Igreja no Brasil-Colônia (1550-1800). São Paulo: Brasiliense, 1982.
- JURKEVICS, Vera Irene. Renovação Carismática Católica: Reencantamento do Mundo. Disponível em: <<http://www.ufpr.br>>. Acesso em 04 de jun. 2009.
- LIBÂNIO, Kenneth. Uma Teologia a partir da Prática Libertadora dos Pobres. In: Revista História Viva, Edição Especial Temática nº. 2. A Igreja Católica no Brasil: Fé e Transformações. Setembro de 2007, pp. 44-49.
- PIXLEY, Jorge. A História de Israel a partir dos Pobres. 10ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. CEBs O Triunfo do Povo da Periferia. In: Revista História Viva, Edição Especial Temática nº. 2. A Igreja Católica no Brasil: Fé e Transformações. Setembro de 2007, pp 76-83.
- SERBIN, Kenneth. A Voz dos que não tem Voz. In: Revista História Viva, Edição Especial Temática nº. 2. A Igreja Católica no Brasil: Fé e Transformações. Setembro de 2007, pp. 16-23.
- TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: Visões Críticas do Golpe: democracia e reformas no populismo. Campinas: Ed. UNICAMP, 1997.